

## Manifesto Lista D

A lista D, candidata aos órgãos consultivos e executivos do Senado e Conselho Geral da Universidade de Lisboa, tem na sua génese a plena consciência e análise dos problemas estruturais sentidos pelos estudantes da Universidade de Lisboa.

Assumimos esta candidatura como uma extensão indispensável da voz e reivindicações dos estudantes, a partir da ligação aos problemas sentidos no quotidiano de todos e usando este espaço para os denunciar e procurar soluções. Estamos aqui com o compromisso de defesa constante dos interesses e direitos dos estudantes, enquanto parte integrante da luta, sendo o mandato anterior um exemplo disso.

Devido ao contexto de aumento de custo de vida que vivemos, é urgente intervir no sentido de reforçar a ação social escolar direta e indireta. A falta de bolsas, em número e valor, face ao histórico aumento de pedidos, a sua atribuição em atraso, a falta de camas em residências públicas e dignas para quem lá vive, o atraso na construção das que estão prometidas e o encerramento de outras - entre elas a residência do Lumiar, a residência Leite Vasconcelos e residência de Monte Olivete - a falta de cantinas públicas com refeição social e a afluência crescente às cantinas dos SASUL, a subida dos preços nos bares, a par da promessa do reitor de subida para o preço máximo (3,03 euros) em outubro deste ano. Também a falta de apoio psicológico e as grandes filas de espera são um problema que se agrava. Com isto, não resta espaço para os apoios no acesso à cultura, ao desporto, à mobilidade.

A par deste cenário, a existência de propinas, taxas e emolumentos eleva muros no acesso ao Ensino Superior a um número cada vez maior de estudantes. O que se tem observado é uma tendência de subida das propinas de mestrado com o objetivo de obtenção de financiamento, fruto do subfinanciamento público da nossa Universidade ao longo das últimas décadas. Na UL, há vários mestrados que ultrapassam os 5000 euros, como é exemplo o Mestrado em Finanças ou de Gestão no ISEG, havendo um mestrado no IST a atingir os 6350 euros no primeiro ano. Sendo estes valores muito mais altos para os estudantes internacionais. Não é possível encontrarmos um ensino inclusivo, acessível, justo e universal enquanto o acesso e permanência é constantemente barrado àqueles que não têm dinheiro para o pagar. Deste modo apresentamo-nos na linha da frente pela eliminação das propinas, taxas e emolumentos, em todo e qualquer grau de ensino. Se o Ensino Superior é público e para todos, tem que ser gratuito.

A falta de financiamento público do Ensino Superior, reconhecido por todos, é consequência da já longa desresponsabilização do Estado perante as suas funções na garantia de uma Universidade de e para todos. É dever e responsabilidade do Estado assegurar a gratuidade de todos os graus de ensino e a garantir a todos os cidadãos, consoante as suas capacidades o acesso aos graus mais elevados do ensino, tal qual explanado na Constituição da República Portuguesa.

O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, implementado em 2007, é também culpado neste cenário: ataca o carácter público do ensino, afasta os estudantes dos órgãos de decisão em que é exemplo o pequeno número de representantes dos estudantes (6) no Conselho Geral, ou o poder apenas consultivo do senado. É também devido ao RJIES a concentração de uma parte significativa dos poderes na figura do reitor e diretores das Escolas. Os estudantes têm direito a uma voz. O RJIES permite ainda, entre outras coisas, a implementação do regime fundacional, outro passo para a privatização e para o assalto do Ensino Superior público, que deixa de estar ao serviço de apenas alguns, em detrimento dos estudantes, das famílias e do país.

Com isto em mente, a nossa lista compromete-se com a defesa intransigente do Ensino Superior público, democrático, de qualidade e gratuito, o único que serve aos interesses dos estudantes.

Não aceitamos o agravamento das injustiças e os ataques ao Ensino Superior que os estudantes conquistaram. Não aceitamos e propomos:

- o aumento do financiamento público para a UL e para todo o Ensino Superior cumprir
- o reforço da Acção Social Escolar e a atribuição de apoios a todos os que deles necessitam
- o cumprimento do Plano Nacional de Alojamento do Ensino Superior, no caminho da garantia de uma cama numa residência pública e digna para cada estudante deslocado.
- o fim imediato das propinas
- a consagração dos doutorandos enquanto produtores de ciência e conhecimento, visando um vínculo estável de trabalho, com direitos
- uma revisão justa, ampla e democrática do RJIES, no caminho do Ensino Superior público, gratuito, democrático e de qualidade